

CORREIO POLÍTICO

Reprodução



João Alves: o chefe dos Anões do Orçamento

A pedidos: rolos do orçamento, uma pequena história

O Correio Político de terça-feira (20) suscitou debates importantes em algumas redes sociais acerca da história dos rolos que envolvem a elaboração orçamentária brasileira. Alguns leitores provocaram a coluna, então, a fazer por aqui uma breve história dessa questão do orçamento e seus escândalos. A pedidos, então, vamos fazer esse histórico, a partir do momento em que o Congresso passou a ter o poder de produzir emendas ao orçamento. Isso aconteceu após a Constituição de 1988. Antes, a Câmara e o Senado não emendavam a proposta orçamentária, apenas aprovavam ou rejeitavam. A possibilidade surgiu, então, a partir de várias mudanças que buscavam naquele momento reduzir o poder do Executivo.

Gerou enorme distorção

A partir daí, porém, o que virou é uma imensa distorção que não tem paralelo no mundo. Outros países – como Estados Unidos ou Alemanha – têm emendas orçamentárias. Mas nada nem perto do volume de recursos que no Brasil está inteiramente nas mãos dos parlamentares – este ano, serão R\$ 61 bilhões. E cada vez mais sem que a palavra final fique nas mãos do Executivo. O Congresso brasileiro inverteu a lógica.

Bruno Peres/Agência Brasil



Flávio Dino julga o atual esquema do orçamento

MCCE tenta uma mudança possível

O Congresso passou a definir as políticas públicas. Com um agravante: em boa parte dos casos, não há política pública nenhuma. Nas discussões suscitadas pela coluna de ontem, muito se defendeu o fim das emendas parlamentares individuais. Seria um caminho. Mas nem mesmo o escândalo anterior do orçamento conseguiu produzir. Em 1993, o relatório final da CPI do Orçamento propôs o fim das emendas individuais. Nunca conseguiu que o Congresso aprovasse. Agora, o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) tenta outro caminho.

Responsabilidade pessoal

O MCCE começará uma campanha de assinaturas de apoio a um projeto que busca responsabilizar pessoalmente parlamentares por desvio de recursos de suas emendas. O projeto está sendo discutido pelas 74 entidades ligadas ao movimento há um ano. Tudo no MCCE precisa de consenso. Segundo o advogado Melillo Dinis, diretor do MCCE, é a mudança possível.

POR
RUDOLFO LAGO

“Anões”

Voltando à história, quando a Constituição estabeleceu a possibilidade de emendas, surgiram alguns parlamentares que se dispuseram a entender as nuances técnicas da elaboração orçamentária. Em tempos menos politicamente corretos, passaram a ser conhecidos como “Anões do Orçamento”.

João Alves

Dois nomes se destacaram dos demais. O deputado baiano João Alves, então do PFL, tornou-se o relator na Comissão de Orçamento. Um funcionário do Senado, José Carlos Alves dos Santos, virou o principal técnico. O problema: trataram de começar a estudar meios de desviar as verbas.

Elizabeth

Ana Elizabeth Lofrano dos Santos era mulher de José Carlos. Por conta de desentendimentos amorosos, ameaçou delatar o que conhecia do esquema. Acabou assassinada por José Carlos. Que resolveu depois contar, em entrevista, como funcionava o esquema. A CPI do Orçamento investigou o caso.

Cassações

A CPI pediu a cassação de 18 deputados federais. Desses, seis acabaram efetivamente cassados, e dois renunciaram para não ter o mesmo destino. Durante um tempo, o escândalo proporcionou um maior controle da atividade orçamentária. Tudo começou a degringolar com o aumento das chamadas emendas impositivas.

Segredo

O cenário piorou quando, ainda no governo Michel Temer, surgiram os expedientes que ficaram conhecidos como “orçamento secreto”: as emendas RP9 de relator, que mascaravam quem era o verdadeiro autor da emenda. O processo que hoje o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino julga.

Bolsonaro

Em seu governo, Jair Bolsonaro transferiu boa parte da responsabilidade de elaboração orçamentária para o Congresso, empoderando-o mais ainda. O STF proibiu o orçamento secreto, mas o Congresso encontrou outras formas de continuar mascarando as emendas. Esse é o estágio atual do rolo.

POLÍTICA

Correio da Manhã 5



Governador disse que vai pedir uma nova data futuramente

Tarcísio desmarca visita a Bolsonaro na Papudinha

Governador de SP iria estar com o ex-presidente na quinta-feira

Por Carolina Linhares
e Thaís Oliveira (Folhapress)

do ex-presidente, pode arriscar perder eleitores no estado de São Paulo.

Bolsonaristas esperavam que a conversa servisse para mostrar alinhamento na direita. Um deputado federal afirma que muitos parlamentares ainda não entenderam que a decisão de Bolsonaro sobre o filho é para valer. Nesse sentido, diz, será importante que Tarcísio diga também ter ouvido do ex-presidente que o escolhido é Flávio.

Durante um evento de entrega de casas em São José da Bela Vista, no interior de São Paulo, nesta terça-feira (20), Tarcísio foi questionado a respeito da visita e disse que iria visitar um amigo para prestar solidariedade.

“Eu fico satisfeito de ele [Alexandre de Moraes] ter me dado essa oportunidade. E eu vou lá visitar um amigo, sobretudo um grande amigo. Uma pessoa por quem eu tenho muita consideração. Vou lá manifestar a minha solidariedade, manifestar meu apoio, ver se ele está precisando de alguma coisa e reforçar que ele vai sempre poder contar comigo”, afirmou.

Flávio comunicou a decisão do pai sobre a candidatura dele em 5 de dezembro. O senador viajou a São Paulo para conversar com Tarcísio, mas até mesmo a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro (PL) foi pega de surpresa com o anúncio.

Diante do ceticismo do mundo político, Flávio divulgou uma carta em 25 de dezembro escrita à mão por Bolsonaro em que ele confirma a indicação do filho mais velho para disputar as eleições contra Lula.